

DIREITO ADMINISTRATIVO I | TURMA B
EXAME ESCRITO DE ÉPOCA ESPECIAL – 6 DE SETEMBRO DE 2024

REGÊNCIA: PROFESSOR DOUTOR VASCO PEREIRA DA SILVA

DURAÇÃO: 90 MINUTOS

CRITÉRIOS DE CORREÇÃO

GRUPO I

(10 VALORES)

Atente na seguinte hipótese:

Dando cumprimento ao desiderato, vertido na Lei de Bases da Proteção Civil (Lei n.º 27/2006, de 3 de julho), de prevenção de riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, o Decreto-Lei n.º 45/2019, de 1 de abril, aprova a orgânica da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC),

O artigo 2.º do diploma consagra a ANEPC como serviço central da administração estadual, cuja missão é o planeamento, coordenação e execução das políticas governamentais de emergência e de proteção civil. Esta entidade promove, ainda, a aplicação, fiscalização e inspeção sobre o cumprimento das leis, regulamentos, normas e requisitos técnicos aplicáveis no domínio das suas atribuições – prosseguidas, regra geral, em todo o território nacional.

A ANEPC é dirigida por um presidente, coadjuvado pelo comandante nacional de emergência e proteção civil e por quatro diretores nacionais (de Prevenção e Gestão de Riscos; de Administração de Recursos; de Bombeiros, e da Inspeção de Serviços de Emergência e Proteção Civil), obedecendo, internamente, ao modelo de estrutura hierarquizada.

Responda, de forma completa e fundamentada, às questões que se seguem:

1. Identifique o tipo de Administração em que se insere a ANEPC. (3 valores)

Administração direta do Estado (Lei da Administração Direta do Estado)

2. Caracterize as relações entre esta entidade e o Governo. (3 valores)

O Governo detém poder de direção (artigo 199.º, n.º 1, alínea d), 1.ª parte, da CRP)

3. Que vantagens e desvantagens encontraria na substituição da ANEPC por uma entidade da Administração indireta com o mesmo tipo de atribuições? (4 valores)

Vantagens: 2 valores

Desvantagens: 2 valores

Argumentos a considerar: redução/diminuição da influência do Governo, redução/aumento de custos, etc.

GRUPO II (5 valores)

Relacione dois e apenas dois dos seguintes pares de conceitos (2x2,5 valores):

1. Eficácia e unidade de ação administrativa e subsidiariedade;

Bases legais: artigo 267.º, n.º 2, da CRP: princípios da organização administrativa; a subsidiariedade como forma de conferir eficácia e unidade à ação administrativa.

2. Ordem e poder disciplinar;

A ordem como comando individual e concreto que, ao ser incumprido, com exceção dos casos do n.º 2 do artigo 271.º, possibilita o exercício do poder disciplinar pelo superior hierárquico

3. Relação jurídica administrativa multilateral e direitos subjetivos.

Transformação do conceito de direito subjetivo em face das relações jurídicas multilaterais (valorização de exemplos, como a contratação pública), caracterizadas por uma multiplicidade de partes

GRUPO III (5 valores)

Desenvolva, de forma crítica, um e apenas um dos seguintes excertos:

1. *A tutela administrativa consiste no conjunto dos poderes de intervenção de uma pessoa colectiva pública na gestão de outra pessoa colectiva, a fim de assegurar a legalidade ou o mérito da sua actuação* (Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 14 de março de 2006, proc. n.º 01794/02)

- Referência à Lei da Tutela Administrativa;

- Tipos e modalidades de tutela;

- Pessoas coletivas sujeitas a tutela administrativa (valorização de referência a posicionamentos doutrinários e tomada de posição);

- ...

2. *“Cada órgão da pessoa coletiva Estado deve atuar dentro dos limites das suas competências, sendo que tais competências podem ser próprias ou delegadas”* (Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 4 de abril de 2024, proc. n.º 489/11.2BELRA)

- **Princípio da legalidade: consagração no artigo 266.º, n.º 2, da CRP, e no artigo 3.º, n.º 1, do CPA;**

- **Delegação de poderes – consagração no artigo 44.º do CPA: requisitos e características;**

- **Posicionamentos doutrinários e tomada de posição;**

- ...